

## RESENHA

# CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TIPOS IDEIAIS DE POLÍTICA E DE CIÊNCIA NO PENSAMENTO WEBERIANO

Odair José Torres de Araújo<sup>1</sup>

**Resumo:** Ciência e política se encontram em esferas distintas da atividade humana, possuem propósitos específicos que as diferenciam. Essa afirmação se enquadra perfeitamente bem no pensamento weberiano. Diferente dessa perspectiva, temos reflexões contemporâneas no que tange a governança da ciência, nessa linha de reflexão compreende-se que ciência e política não estão em esferas tão separadas, ao contrário, a governança da ciência passaria diretamente pela a atividade política. Assim, a questão que se impõe investigar diz respeito a construção weberiana das concepções de ciência e política enquanto tipos ideias. Seriam essas concepções apartadas da realidade por representarem um dever ser desejado pelo autor e não uma descrição conceitual? Ainda, as reflexões aqui propostas nos levarão a considerar as contribuições epistemológicas de Brown e Kitcher na análise do tema em tela. Esses autores não apenas apontam para uma direção diferente daquela defendida por Weber, como se propõem a defender que a governança da ciência implica na necessidade da participação de atores externos à essa atividade.

**Palavras chave:** ciência, política, tipos ideais, governança

*Recebido em: 5/08/2019*

*Aceito em: 23/11/2019*

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília, Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás, professor do Centro Universitário Estácio de Brasília e da Faculdade Processus-DF. (odairsociologo@gmail.com)

## **CONSIDERATIONS ABOUT THE TYPES OF POLITICS AND SCIENCE IN WEBERIAN THINKING**

**Abstract:** Science and politics are found in different spheres of human activity, have specific purposes that differentiate them. This statement fits perfectly well with Weberian thinking. Different from this perspective, we have contemporary reflections on the governance of science. In this line of reflection it is understood that science and politics are not in such separate spheres, on the contrary, the governance of science would pass directly through political activity. Thus, the question that must be investigated concerns the Weberian construction of conceptions of science and politics as ideas types. Are these conceptions remote from reality because they represent a duty to be desired by the author and not a conceptual description? The reflections proposed here will lead us to consider the epistemological contributions of Brown and Kitcher in the analysis of the theme. These authors point to a different direction from that advocated by Weber and argue that the governance of science implies the need for the participation of external actors in this activity.

**Keywords:** science, politics, ideal types, governance

## Introdução

Ciência e Política são esferas distintas que se encontram apartadas na realidade social, dispondo de regras específicas quanto ao agir dos atores envolvidos com essas duas atividades. Essa é a consideração inicial presente na epistemologia weberiana ao retratar as peculiaridades de cada uma dessas duas esferas. Tal separação tem sido mesmo apregoadada por muitos pesquisadores por considerarem que a atividade científica não deve sofrer qualquer interferência política.

Contudo, reflexões trazidas à baila por filósofos e sociólogos da ciência têm apontado para outra direção, qual seja, a de que ciência e política mantêm relações bastante próximas, a despeito das considerações trazidas pelos próprios praticantes da ciência. Ainda, nessa mesma direção, encontramos apontamentos em estudiosos como P. Kitcher e R. Brown quanto a necessidade de se estabelecer mecanismos políticos que definam melhor as regras de governança da ciência, bem como o seu papel na sociedade. Ou seja, além de considerarem a separação entre essas duas esferas como uma falácia, entendem que há a necessidade de uma agenda política para a ciência.

Essas concepções se afastam significativamente do pensamento weberiano, uma vez que esse pensador elaborou uma concepção segundo a qual essas duas atividades se encontrariam em planos distintos enquanto modais do agir. A ciência é enquadrada numa ética da convicção, cuja racionalidade é compreendida como substantiva, enquanto a política se encontraria na ética da responsabilidade guiada por uma racionalidade instrumental.

Diante das controvérsias que o tema nos traz, pretende-se aqui analisar a concepção weberiana de ciência e política a partir do seu conceito de "tipos ideais". Ou seja, aplicar-se-ão as regras epistemológicas do próprio autor para avaliação das suas concepções de ciência e política.

As razões que nos levam a propor tal reflexão encontram-se no que Max Weber compreende como tipos ideais. Em suas palavras "a construção abstrata de tipos ideais não interessa como fim, mas única e exclusivamente como meio de conhecimento" (WEBER, 1999, p. 139). Como ferramenta teórica, os tipos ideais permitem ao pesquisador compreender a realidade, ainda que não em sua completude ou essência. Quanto melhor for a descrição da realidade proporcionada pelo tipo ideal, maior será o grau de compreensão da realidade descrita. Para isso é preciso que o tipo ideal seja construído sem o estabelecimento de prerrogativas morais do pesquisador ou de um compromisso de alteração da própria realidade. Seu objetivo é descritivo.

Assim, a questão que se impõe investigar diz respeito a construção weberiana das concepções de ciência e política enquanto tipos ideias. Seriam essas concepções apartadas da realidade por representarem um *dever ser* desejado pelo autor e não uma descrição conceitual? Ainda, as reflexões aqui propostas nos levarão a considerar as contribuições epistemológicas de Brown e Kitcher na análise do tema em tela. Esses autores não apenas apontam para uma direção

diferente daquela defendida por Weber, como se propõem a defender que a governança da ciência implica na necessidade da participação de atores externos à essa atividade.

### **Os tipos ideais de política e de ciência**

A percepção acerca do modelo de ciência que se deve praticar sempre esteve presente na Sociologia, sobretudo entre aqueles que foram os responsáveis diretos pela formatação das primeiras linhas dessa ciência. O pensamento weberiano se insere nessa perspectiva, avança por compreender as particularidades dos fenômenos que são tratados pelas Ciências Sociais, o que impõe regras específicas à Sociologia, por exemplo e se mantém comprometido com a ideia de se produzir, no âmbito das Ciências Sociais, conhecimento racional, objetivamente válido e, por isso mesmo, confiável.

Identificamos na epistemologia weberiana a preocupação corrente na epistemologia clássica, qual seja a ideia de que o conhecimento científico dispõe de regras específicas e que, entre essas regras, não deve sofrer interferências externas à ciência. Essa percepção fica evidente em alguns de seus ensaios, dentre os quais destacamos aqui os dois textos “Política como vocação” e “Ciência como vocação”. Mas antes de observarmos as considerações trazidas pelo autor nesses dois textos, é necessário compreendermos sua proposta metodológica exposta no que ele definiu como “tipo ideal”.

O termo tipo ideal pode nos levar a confusão: um modelo que se pretende atingir, ou seja, a construção de um modelo finalístico. É exatamente esse tipo de equívoco que o autor tenta descartar em suas reflexões.

O tipo ideal é um recurso metodológico, refere-se à construção conceitual de um fragmento da realidade. Seu objetivo é permitir a compreensão da realidade investigada e não o desejo de sua alteração. Mas por que fragmento da realidade?

A ciência social que pretendemos exercitar é uma ciência da realidade (...). Acontece que, tão logo tentamos tomar consciência do modo como se nos apresenta imediatamente a vida, verificamos que ela se nos manifesta ‘dentro’ e ‘fora’ de nós, sob uma quase infinita diversidade de eventos que aparecem e desaparecem sucessiva e simultaneamente (...). Assim, todo o conhecimento da realidade infinita, realizado pelo espírito humano finito, baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica e de que só ele será ‘essencial’ no sentido de “digno de ser conhecido” (WEBER, 1999, p. 124).

O “recorte” que faz o pesquisador é uma imposição da própria capacidade humana que não conseguiria abarcar a realidade em sua completude. Sobre esse aspecto ainda vale a pena considerar a observação de Weber quanto ao fato de que a realidade em si não é fragmentada

em esferas sociais, econômicas, políticas, religiosas, etc. Essa compartimentação é um recurso teórico com o fito de melhor apreender o objeto investigado.

É exatamente nesse particular que o conceito de tipo ideal aparece, uma vez que se trata da construção teórica promovida pelo pesquisador que descreve o fragmento de realidade por ele pesquisado. Nesse processo realiza a seleção do que considera válido e importante a ser descrito, ao mesmo tempo em que descartará outras partes dessa mesma realidade. Esse processo não poderá ser aleatório, ao contrário, a escolha que seguirá e que depende da vontade do pesquisador carece, ainda assim, ser racionalmente definida para que efetivamente se enquadre nos padrões estabelecidos pela ciência.

Obtém-se o tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou de vários pontos de vista e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento (idem, p. 138).

Weber acentua que o tipo ideal não é a realidade em si, tampouco um objetivo a ser atingido, uma realidade desejável, um “dever ser”, longe disso. Pode-se considerá-lo como uma descrição do fragmento da realidade investigada, mas ainda que se trate da descrição de um fragmento não poderá ser compreendido como a descrição plena, porque se trata de um recorte que se subordina às escolhas do pesquisador, cujo interesse está relacionado a compreensão de um fenômeno específico. Por esse motivo tenderá a evidenciar os aspectos que mais o aproximem do objeto investigado, ao passo que poderá ignorar outros que num outro estudo teria maior relevância.

O interessante é que, apesar de todo o rigor metodológico de Weber, ao tratar da ciência e da política, a abordagem desse autor se aproxima mais de um “dever ser” acerca da ciência e da política e menos da realidade efetiva dessas duas esferas. Referimo-nos aqui mais acerca da defesa que Weber vai fazer da separação das atividades políticas e científicas, é nesse ponto que identificamos o afastamento do autor da sua concepção metodológica. E isso ocorre na medida em que Weber não define claramente a separação como algo desejável, ou como uma realidade empírica no exercício da ciência e da política.

“Queremos compreender como política apenas a liderança, ou a influência sobre a liderança, de uma associação política, e, daí hoje, de um Estado” (Weber, 1982, p. 97). O primeiro recorte compreende política associada ao Estado e neste se impõe a noção de poder uma vez que a definição de Estado é feita a partir dos meios que ele dispõe para fazer valer a sua vontade e esses meios se resumem em uma única coisa: monopólio legítimo da força. Esse é efetivamente o poder do Estado. “Daí ‘política’, para nós, significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado” (idem, p. 98).

Essa primeira aproximação do que se concebe por política enfatiza aquilo que melhor caracteriza a atividade política. Mas o objetivo de Weber não se encerra nessa descrição, seu propósito é definir o que compreende como vocação política e demonstrar que os atores políticos são aqueles que lidam com o poder, que se interessam em conquistá-lo e que se utilizam dos meios disponíveis para mantê-lo.

Acontece que a noção de “vocação” afasta a mera descrição do que seja a atividade política e passa para um plano de como deveriam ser aqueles que se interessam por essa atividade. É aqui que vemos o primeiro passo a se distanciar da noção de tipo ideal. Enquanto descreve política associada a liderança e, conseqüente, ao poder – leia-se poder do Estado – Weber parece manter-se fiel à sua perspectiva metodológica. Já quando destaca a noção de política como vocação parece distanciar dessa perspectiva, não constrói um “tipo ideal” nos moldes de sua sociologia, mas se rende, talvez inconscientemente, à tentação de propor um modelo de “ator político ideal”, aqui nos moldes de como *deveria ser* esse ator. Vejamos o que o autor entende por política como vocação.

Num primeiro momento Weber chama atenção para o fato de que a política pode ser praticada por todos, por exemplo quando se participa de uma eleição, ou ainda como atividade secundária por agentes partidários e chefes de associações políticas voluntárias. Mas o interesse do autor se concentra no que entende por “político profissional”.

Há dois modos principais pelos quais alguém pode fazer da política sua vocação: viver “para” a política, ou viver “da” política. Esse contraste não é, de forma alguma, exclusivo. Em geral, o homem faz as duas coisas, pelo menos em pensamento e, certamente, também a ambas na prática. Quem vive “para” a política faz dela a sua vida, num sentido interior (idem, p. 105).

A paixão parece ser o sentimento que define a ideia de vocação, alguém vocacionado é apaixonado pelo que faz, capaz de se entregar a uma causa. “Tomar uma posição é o elemento do político e, acima de tudo, o elemento do líder político” (idem, p. 116). É essa a noção que se faz presente na ideia weberiana de vocação política, alguém que faz dessa atividade a sua causa, a sua vida. Viver “da” política sob essas condições torna-se elemento secundário, talvez até como recompensa da sua entrega. Mas não é o objetivo subjetivamente visado pelo ator dessa ação.

Ao avançarmos nessa reflexão encontramos a presença de um *ethos* próprio que será definido por Weber como “ética da responsabilidade”. Nessa linha de raciocínio o autor nega a possibilidade de uma ética universal, as circunstâncias da vida e as diversas esferas de ação impõem aos homens condutas válidas em ambientes específicos, mas essas mesmas condutas seriam totalmente reprováveis em outras circunstâncias. Afinal “o que é bom com relação aos princípios não significa que seja bom em relação aos resultados” (BOBBIO, 2000, P. 196).

A ética da responsabilidade é aquela voltada para vida em grupo, especificamente para aqueles que detêm o destino das pessoas em suas mãos. Suas ações têm conseqüências maiores

porque não se restringem à esfera da vida privada. Por esse motivo impõe a esse ator um senso de responsabilidade, de observância das consequências. É essa modalidade ética que deve adequar os meios aos melhores fins, numa análise racional de custos e benefícios que representa, na leitura weberiana, a ética adequada ao político vocacionado.

Que satisfações íntimas pode, então, oferecer essa carreira e que condições pessoais são pressupostas para quem nela ingressa? Em primeiro lugar, a carreira da política proporciona uma satisfação de poder (...). [Mas] que tipo de homem se deve ser para que se possa colocar a mão no leme da história? Podemos dizer que três qualidades destacadas são decisivas para o político: paixão, senso de responsabilidade e senso de proporções. Isto significa paixão no sentido de uma *objetividade*, de dedicação apaixonada a uma "causa", ao deus ou demônio que é o senhor (...). A simples paixão, por mais autêntica que seja, não basta. Ela não faz o político, a menos que a paixão como dedicação a uma "causa" também torne a responsabilidade para com tal causa a estrela-guia da ação (WEBER, 1982, p. 138).

A satisfação que o poder proporciona impõe, ao mesmo tempo, um senso de responsabilidade, a paixão por uma causa e um senso de proporções. Acontece que a instrumentalização das ações políticas parece direcionar-se muito mais para a conquista e manutenção do poder, nos moldes do que nos chama atenção Maquiavel em sua obra "O Príncipe", e muito menos na direção de uma ética que se preocupa com o destino daqueles sobre os quais o poder se impõe.

De qualquer modo não se nega que o poder político permite a tomada de decisão, permite agir em uma direção específica e, nesse sentido, pode-se observar as diferenças fundamentais que Weber atribui entre Política e Ciência. Essa última se enquadra num campo de ação com objetivos totalmente distintos da política e sobre ela recai uma outra modalidade ética.

Ressaltamos mais uma vez a ideia de que a epistemologia tradicional defende a não interferência de elementos externos à atividade científica. A defesa de uma ciência livre de interferências externas se justificaria em função da natureza da atividade científica, cujos princípios a norteá-la devem ser aqueles estabelecidos pela lógica, a racionalidade e a objetividade. Ao cientista cabe se render a esses parâmetros se assim deseja produzir conhecimento efetivamente válido e confiável.

A orientação weberiana não se diferencia desse modelo de ciência, ao contrário, no seu famoso texto "Ciência como vocação" e em outros ensaios, como "A objetividade do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política", essa ideia é reforçada. O autor defende claramente uma distinção entre essas duas esferas de atividade. De modo simples, pode-se resumir seu pensamento da seguinte forma: ao cientista cabe produzir conhecimento, ao homem político cabe intervir na realidade. A ação do homem político pode até ser orientada por parâmetros científicos, mas não cabe ao cientista a interferência na realidade.

A defesa de Weber nesse ponto pode ser compreendida sob dois aspectos distintos: primeiro, quem dispõe de poder para interferir na realidade é o político e não o cientista; segundo, uma atividade científica com interesse político poderia subverter seus propósitos, uma vez que poderia se comprometer com resultados previamente estabelecidos, independente das possibilidades que a pesquisa efetivamente viesse a permitir.

O pesquisador vocacionado, diferentemente do político por vocação, orientar-se-ia por uma ética dos deveres, cuja racionalidade é compreendida como substantiva porque se interessa com os meios mais adequados aos princípios norteadores do agir, que neste caso seriam os princípios propriamente científicos. O compromisso do cientista é com a verdade, o do político com os resultados mais adequados ao que anteriormente foi traçado como desejável, trata-se, neste caso, de uma racionalidade instrumental.

As razões epistemológicas para se apregoar essa separação entre ciência e política não nos parece descabidas. Contudo, o que parte da Sociologia da ciência tem questionado diz respeito às reais possibilidades de efetivação dessa separação. Ainda, essa separação seria desejável? Contudo, ainda que se considere que a clássica separação entre essas duas esferas não seja plenamente possível, tampouco desejável, não se pode refutar por completo os elementos fundamentais que garantem à ciência a condição de saber confiável, racional e objetivo.

Em outras palavras, a admissão de que ciência e política não se encontram plenamente apartadas, como parece querer a epistemologia clássica, não exime o pesquisador do cumprimento dos pré-requisitos fundamentais que tornem sua atividade confiável e o grau de confiabilidade, e até mesmo de respeitabilidade, implica na observância dos princípios da lógica e de todo o conjunto dos "rituais" metodológicos que lhe são impostos.

Se a descrição do que Weber produziu acerca da ciência e da política não são plenamente verificáveis na realidade, pode-se admitir que esses modelos não se enquadrariam como tipos ideais? No quadro em que se encontram o "cientista vocacionado" e o "político vocacionado" temos dois ideais de cientista e de político no sentido do "dever ser", do que efetivamente a descrição do "fragmento" de realidade explorado por Weber. E talvez aqui a armadilha esteja no fato de não se abrir mão do modelo tradicional de ciência apregoado pela epistemologia. Por muito tempo a Sociologia esteve comprometida em encontrar os mecanismos que lhes permitissem se enquadrar na ciência. Ainda que Weber não tenha se rendido ao projeto Positivista, e nesse sentido desenvolveu uma forma muito particular de pensar as Ciências Sociais, seu compromisso com a epistemologia tradicional se mantém fiel.

O problema é que a realidade, parafraseando o próprio Weber, é muito mais dinâmica do que qualquer teoria que se produza acerca dela. E nesse particular a realidade tem demonstrado que, a despeito do que é apregoado por pesquisadores e epistemólogos, não são raros os casos em que a ciência mantém íntimas relações com outras esferas, tais como a econômica e a política.



## **Ciência e Política: separação improvável**

A despeito do que se observa no modelo defendido pela epistemologia clássica, ciência não é uma atividade que se desenvolve completamente apartada de outras esferas da vida, inclusive da política. Mas não se pode admitir tal fato como simples constatação, é preciso observar as suas implicações. Sob essa perspectiva encontramos na Sociologia da ciência importantes contribuições que podem lançar luz sobre essa temática.

Na abordagem de Bourdieu a temática é explorada com certo grau de preocupação com as consequências que se colocam para a ciência na medida em que sofre influências externas. No seu livro "Para uma Sociologia da Ciência" encontramos essa preocupação bastante acentuada logo no início do livro.

A autonomia que, a pouco e pouco, a ciência conquistou aos poderes religiosos, políticos ou até mesmo econômicos, e, pelo menos parcialmente, às burocracias estatais que lhe asseguram as condições mínimas de independência, está muito enfraquecida. Os mecanismos sociais que se instalaram à medida que ela se afirmava – como a lógica da concorrência entre os pares – correm o risco de ser colocados ao serviço de fins impostos a partir de fora; a submissão aos interesses econômicos e às seduções midiáticas ameaça juntar-se às críticas externas e às difamações internas – são certos delírios "pós-modernos" – para minar a confiança na ciência e, especialmente, na ciência social. Em suma, a ciência está em perigo e, por isso, torna-se perigosa (BOURDIEU, 2004, P. 7).

Como se pode observar, as considerações de Bourdieu têm caráter de denúncia na medida em que manifesta profunda preocupação com as tais influências externas à ciência. Não é nosso objetivo aqui reproduzir toda a sequência da crítica que o autor se propôs desenvolver porque foge dos objetivos inicialmente propostos por este ensaio. Mas não podemos nos furtar de destacar a crítica que ele produz à epistemologia clássica.

A ciência, sobretudo a legitimidade da ciência e a utilização legítima da ciência são motivos permanentes de luta no mundo social e no próprio seio do mundo da ciência. Portanto, aquilo a que chamamos epistemologia corre sempre o risco de ser apenas uma forma de *discurso justificativo da ciência* ou de uma posição no campo científico ou, ainda, uma repetição falsamente neutralizada do discurso dominante da ciência sobre si mesma (idem, p. 17).

O problema visto por Bourdieu é exatamente por faltar à epistemologia a observância da realidade social e é por esse motivo que seu discurso tende mais à tentativa de legitimação de

um *modus operandi* do labor científico. Enquanto isso a pesquisa científica encontra-se submetida aos desígnios externos do poder econômico, ou mesmo sofrendo interferências políticas.

O avanço do debate em torno das relações entre ciência e política que encontramos em Bourdieu, quando o comparamos a Weber, está exatamente em admitir que a realidade da atividade científica prova que as duas esferas, ciência e política, não estão plenamente apartadas. Mas a preocupação de Bourdieu, ainda que se mostre crítico em relação à epistemologia, se mantém na ideia de autonomia da ciência. Por esse motivo essas externalidades apontadas por ele se mostram perigosas à própria ciência.

As questões trazidas à baila por Brown (2001) acerca desse tema avançam no sentido de considerar a participação externa de outros atores na governança da ciência. Em *"Who rules in Science?"* o autor se propõe a analisar o papel político da ciência na sociedade contemporânea. Assim, não parece ser a autonomia da ciência um problema para Brown, mas a questão da governança sim.

O fato de Brown focar sua análise no papel político da ciência não o exime do compromisso de uma reflexão epistemológica preliminar, mas não se alinha à epistemologia clássica no que tange a construção do conhecimento. A diferença a ser estabelecida é exatamente porque o autor defende que o processo do conhecimento passa por uma intersubjetividade, na qual atuam não apenas os cientistas, mas também a sociedade. Já o modelo epistemológico tradicional figura a atividade científica num plano individual, numa relação que se limita ao sujeito e ao objeto pesquisado.

*Quem governa na ciência?* Essa é a questão feita por Brown, sua proposta é que a governança da ciência não se restrinja aos praticantes dessa atividade, mas que se realize um processo democrático, principalmente com o envolvimento dos partícipes da sociedade que, direta ou indiretamente, serão afetados pelos resultados.

Proposta parecida é encontrada em P. Kitcher (2001) que defende um modelo inclusivo de ciência. Assim como Brown, Kitcher evita cair na armadilha pós-moderna de um relativismo excessivo. Longe disso, a defesa de uma agenda política para ciência não impede que essa seja construída de forma robusta, atendendo aos pressupostos básicos da racionalidade, da objetividade e da lógica, o que, em última instância, proporciona à ciência algum grau de confiabilidade.

A questão quanto a separação entre ciência e política já não é mais colocada por esses autores, na verdade não é nem mesmo desejável. A defesa é exatamente numa outra direção, qual seja, a de que a ciência carece sim de uma governança na qual participem outros atores externos à própria atividade. O problema que se impõe nessa perspectiva diz respeito a autonomia, aquela que Bourdieu defendia e que estaria vendo o seu enfraquecimento com as externalidades à ciência.

O único fim para o qual a humanidade está autorizada, individual ou coletivamente, a interferir na liberdade de ação de qualquer fração é

autopreservação. O único propósito para o qual o poder pode ser legitimamente exercido sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada e contra a sua vontade é o de evitar danos aos demais (MILL, 1998, p. 206).

Embora a preocupação de Mill esteja relacionada especificamente à esfera da política propriamente dita, a consideração feita por ele é usada por Kitcher a fim de produzir sua defesa de uma ciência bem ordenada e que, nesse processo, seja sim submetida a um conjunto de regras. A liberdade do pesquisador, ou sua autonomia, não seria – ou não deveria ser – totalmente retirada.

A questão aqui é outra, diz respeito ao que realmente (1) vale a pena ser pesquisado; (2) quem deve decidir sobre o que vale a pena ser pesquisado; (3) as consequências ou resultados da pesquisa. Se considerarmos as reflexões trazidas por Weber acerca das duas éticas, a da responsabilidade e a da convicção, pode-se admitir que no modelo de ciência defendido por Kitcher, o cientista também deve pautar sua ação por uma ética da responsabilidade. Isso nos parece válido na medida em que, ao recorrer a Mill, Kitcher está buscando a fundamentação teórica que justifique a necessidade de se estabelecer parâmetros à ação do cientista, compreendo-o como sujeito dotado de responsabilidade social.

Embora Kitcher, por um lado, assuma a concepção de liberdade e suas restrições propostas por Mill como válidas, por outro, encontra dificuldades para admitir as soluções millianas quanto a preservação da liberdade e exigência de algum nível de restrição.

A questão é que Mill propõe o debate, o conflito de ideias e pensamentos como salutar ao exercício da democracia. Mas como se aplicar essa proposição na pesquisa científica? Deixemos claro, Kitcher não propõe um controle extremo à ciência, ao contrário, considera até que tal controle poderia ser prejudicial. Mas entende que a liberdade sem qualquer restrição pode ser perigosa. O perigo pode estar exatamente em provocar danos aos outros.

Assim, a defesa de restrições não pode inviabilizar o interesse epistêmico desde que tal interesse não represente danos aos demais. Mas a quem caberá o estabelecimento de tais restrições? Não se pode depender exclusivamente da avaliação moral do próprio pesquisador sobre o que é bom ou prejudicial à sociedade. Aqui é retomado o pensamento de Mill. Kitcher reconhece que

a concepção de arena de Mill em que as doutrinas competem de forma igual e em que a expressão pública dessas doutrinas não causam nenhum dano é um ideal esplêndido. Infelizmente, as vezes inspira as pessoas a ter uma visão ingenuamente otimista sobre o exercício efetivo da pesquisa (KITCHER, 2001, p. 106)<sup>2</sup>.

É importante ressaltar que a observação feita por Kitcher acerca da proposta de Mill não inviabiliza, no seu modo de entender, um projeto de governança da ciência em que outros atores

---

<sup>2</sup> Tradução livre.

participem desse processo. A questão está mais relacionada em como viabilizar um processo por meio do qual seja possível a organização dos atores envolvidos, a quantidade de poder a ser distribuído a cada partícipe, a definição prévia das regras, etc. Ou seja, como viabilizar um projeto de ciência que se preocupe com a vida social?

A questão é pertinente e ignorá-la nos parece um grande equívoco porque, a despeito da nossa vontade enquanto sociedade, a ciência está sofrendo sim as influências externas e não nos parecem ser as melhores influências para construção de um outro modelo de sociedade. Nesse sentido, podemos voltar à denúncia de Bourdieu que aponta para os perigos da perda de autonomia. Ou seja, se efetivamente não há autonomia, a melhor coisa a fazer é definir regras que proporcionem maior democratização dos processos.

### **Considerações finais**

A percepção acerca da separação entre ciência e política é hoje, por parte da sociologia da ciência, condição superada. Não apenas pelas reais dificuldades, para não se falar em impossibilidades, de se produzir uma ciência totalmente autônoma, mas também porque essa separação não é efetivamente necessária.

O receio de se admitir que a ciência sofre influências externas está ligado, entre outros fatores, a eventuais riscos metodológicos e epistemológicos, dos quais se destaca o risco de interferência direta nos resultados. Contudo, a admissão de que ciência mantém sim relações com outras esferas não exime o pesquisador de se manter atento às imposições metodológicas necessárias à produção de um conhecimento racional, confiável e passível de testes. É nessa direção que uma governança da ciência, nos moldes defendidos por P. Kitcher, se impõe à comunidade científica.

A proposição “vale a pena conhecer” é dotada de grande valor na Filosofia, talvez seja efetivamente o que define a noção dessa disciplina porque é a aceitação de que o conhecimento, por si só, é dotado de valor primordial e representa o desejo humano pelo saber. O conhecimento é algo superior e querer conhecer é o ato filosófico por excelência, independentemente das possibilidades práticas de aplicação desse conhecimento. Na vertente aristotélica, quando se dividem os campos do saber em prático, produtivo e teórico, este último, exatamente por não se ligar a uma aplicação ou produção, é visto por Aristóteles como sendo superior aos demais.

Poderíamos até explorar um pouco mais o significado dessa afirmação nos moldes do que a Filosofia tradicional nos coloca. Mas aqui o objetivo é diferente e essa mesma afirmação ganha outra conotação. Sob o viés de parte da Sociologia da ciência e algumas vertentes da epistemologia moderna, a afirmação “vale a pena conhecer” não se enquadra naquela perspectiva filosófica tradicional.

A defesa feita por Kitcher e Brown, como já explanado acima, vai em direção diferente porque consideram que é necessário a definição de um modelo de governança da ciência. Não se trata de simplesmente impor ao pesquisador condições que retirem dele a liberdade de “querer

conhecer”, não se trata disso. Mas compreende que uma ciência melhor ordenada, implica na obrigação de se estabelecer responsabilidades ao pesquisador para além da dimensão epistemológica.

### **Referências bibliográficas**

BOBBIO, Norberto. Política e Moral. In: \_\_\_\_\_. *Teoria Geral da Política: a Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa: Editora 70, 2001.

BROWN, James Robert. *Who Rules in Science*. London: Harvard University Press, 2001.

KITCHER, Philip. *Science, Truth and Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MILL, Stuart. Sobre a Liberdade. In: WEFFORT, Francisco (org.). *Os clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 1998 (volume2).

WEBER, Max. A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: \_\_\_\_\_. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1999. (parte 1).

WEBER, Max. Ciência e Política. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

WEBER, Max. O Sentido de “Neutralidade Axiológica” nas Ciências Sociais. In: \_\_\_\_\_. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995. (parte 2).